



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwihSCA9GrEjho03DvTQ&chave2=Ug8cwwspH-cKj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 91509092900-ALANO BRANCO | 02961072980-FABRICIO NAUE | 2198639875-MAURICIO RIBEIRO DE MENEZES  
01670627780-RITA CRISTIANE RIBEIRO CARVALHO | 01127596705-CARLOS AFFONSO SEIGNEUR D'ALBUQUERQUE

**17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL DA SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA.** que delibera sua transformação em sociedade anônima, sob a denominação de **SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A.**

**CNPJ/ME nº 00.999.705/0001-64**  
**NIRE 42202120401**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo:

- I. ALANO BRANCO**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 2189839 SSP/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) sob o nº 915.090.929-00, residente e domiciliado à Rua Itá, 93, apto 01, Bom Retiro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.223-140.0 (“Alano”); e
- II. FABRÍCIO NAUE**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do documento de identidade n. 3123146 SSP/SC, e inscrito no CPF/ME sob nº 029.610.729-80, residente e domiciliado na Rua Pero Vaz de Caminha 264 ap 202, Costa e Silva, Joinville/SC, CEP: 89218520 (“Fabrício”),

únicos sócios da **SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA.**, sociedade empresária, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) 00.999.705/0001-64, com sede à Avenida Rolf Wiest, 277, Sala 516, Bom Retiro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.223-005, registrada perante a Junta Comercial de Santa Catarina sob o nº 42202120401 (“Sociedade”), e ainda,

- III. VALID SOLUÇÕES S.A.**, companhia aberta, organizada e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “VLID3”, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.113.309/0001-47, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund nº 146, 202, Caju, CEP 20.930-390, neste ato representada forma de seu estatuto social por **Rita Cristiane Ribeiro Carvalho**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 1046709992, expedida pela SSP/RS, e inscrita no CPF/ME sob o nº 016.706.277-80, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund nº 146, 202, Caju, CEP 20.930-390 e **Carlos Affonso Seigneur d'Albuquerque**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 07153613-0-IFP-RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 011.275.967-05, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund nº 146, 202, Caju, CEP 20.930-390 (“Valid Soluções”);

têm entre si justo e contratado alterar o Contrato Social da Sociedade de acordo com os seguintes termos e condições:



## **1. TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

- 1.1. Neste ato, o sócio **Alano** aliena e transfere, a título oneroso, 503.600 (quinhentas e três mil e seiscentas) quotas, no valor de R\$ 1 (um real) cada, à **Valid Soluções**, acima qualificada, sendo que declara encontrar-se pago e satisfeito, dando plena, geral e irrevogável quitação referente às quotas transferidas.
- 1.2. Neste ato, o sócio **Fabrizio** aliena e transfere, a título oneroso, 125.900 (cento e vinte e cinco mil e novecentas) quotas, no valor de R\$ 1 (um real) cada, à sócia **Valid Soluções**, acima qualificada, sendo que declara encontrar-se pago e satisfeito, dando plena, geral e irrevogável quitação referente às quotas transferidas.

## **2. TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

- 2.1. Ato subsequente, **Alano, Fabrizio e Valid Soluções** decidem, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a transformação da Sociedade em uma sociedade anônima de capital fechado, na forma dos artigos 1.113 a 1.115 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e do artigo 220 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), passando a operar sob a nova denominação de **SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A.**

2.1.1. A transformação de tipo societário ora aprovado não importará em solução de continuidade das operações da Sociedade e que todos os bens, valores e direitos de propriedade da Sociedade, assim como as obrigações de responsabilidade desta, permanecerão inalterados.

- 2.2. Aprovar, como consequência da transformação aprovada no item 2.1 acima, o cancelamento das atuais 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas, e a sua substituição por 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são alocadas aos sócios, agora acionistas da Sociedade, da seguinte forma:

- (i) **VALID SOLUÇÕES** passa a deter 629.500 (seiscentas e vinte e nove mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas e emitidas em substituição a quotas previamente detidas pela acionista na Sociedade enquanto sociedade limitada, representativas de ~33,13% do capital social da Sociedade; e
- (ii) **ALANO BRANCO** passa a deter 1.016.400 (um milhão e dezesseis mil e quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas e emitidas em substituição a quotas previamente detidas pela acionista na Sociedade enquanto sociedade limitada, representativas de ~53,49% do capital social da Sociedade; e
- (iii) **FABRICIO NAUE** passa a deter 254.100 (duzentas e cinquenta e quatro mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas e emitidas em substituição a quotas previamente detidas pela acionista na Sociedade enquanto sociedade limitada, representativas de ~13,37% do capital social da Sociedade.



- 2.3. Em decorrência da transformação da Sociedade em uma sociedade anônima, os sócios aprovam o requerimento de desenquadramento da Sociedade como empresa de pequeno porte - EPP.

### **3. AUMENTO DE CAPITAL**

- 3.1. Ato subsequente, os acionistas decidem aumentar o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, **de** R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), dividido em 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) ações ordinárias **para** R\$ 6.851.887,64 (seis milhões oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 2.541.001 (dois milhões quinhentas e quarenta e uma mil e uma) ações ordinárias, mediante emissão de 641.001 (seiscentas e quarenta e uma mil e uma) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

- 3.1.1. Todas as novas ações ordinárias são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista **Valid Soluções**, acima qualificada, nos termos do boletim de subscrição constante do **ANEXO II**, com expreso consentimento dos acionistas **Alano e Fabrício**, que, neste ato, renunciam ao seu direito de preferência para subscrever novas ações no capital social da Sociedade.

### **4. ESTATUTO SOCIAL**

- 4.1. Em decorrência da aprovação dos itens acima, foi aprovada a alteração e consolidação do Estatuto Social da Sociedade, com a finalidade de readequar o capital social da Sociedade, conforme **ANEXO I**.

### **5. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- 5.1. Aprovar a eleição dos seguintes Conselheiros para compor o Conselho de Administração da Sociedade, os quais terão mandato unificado por prazo determinado de 3 (três) anos a contar da presente data, ou seja, até 21 de maio de 2023.

- (i) **MAURÍCIO RIBEIRO DE MENEZES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 22264093-5, inscrito no CPF/ME sob o nº 219.886.398-75, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund nº 146, 202, Caju, CEP 20.930-390, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) **RITA CRISTIANE RIBEIRO CARVALHO**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 1046709992 SSP/RS, inscrita no CPF/ME sob o nº 016.706.277-80, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund nº 146, 202, Caju, CEP 20.930-390, para o cargo de membro Conselho de Administração; e
- (iii) **ALANO BRANCO**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, portador do documento de identidade nº 2189839 SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 915.090.929-00, residente e domiciliado à Rua Itá, 93, apto 01, Bom Retiro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89223-140, para o cargo membro Conselho de Administração.



5.1.1. Os Conselheiros eleitos, neste ato, serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse transcrito no livro próprio, que ficará arquivado na sede social da Sociedade. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração da Administração da Sociedade. Os Conselheiros assinam o presente instrumento aceitando a sua designação e formalizando a sua posse na administração da Sociedade, e declaram, sob a pena da lei, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Os Conselheiros ora designados deverão administrar e representar a Sociedade de acordo com os termos e condições do estatuto social da Sociedade, e sempre em conformidade com as restrições e limitações ali estabelecidas.

## ANEXO I

### **"ESTATUTO SOCIAL DA SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A."**

#### **Capítulo I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** A companhia denominar-se-á **SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A.**, com sede e foro na Avenida Rolf Wiest, nº 277, sala 516, Bom Retiro, CEP 89223-0008, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e reger-se-á por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis (“**Companhia**”).

**Parágrafo Primeiro:** A Companhia poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos.

**Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto: **(i)** a prestação de serviços técnicos especializados de implantação, operação, manutenção e gerenciamento de sistema de estacionamento rotativo, desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, bem como desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; e **(ii)** atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios.

**Artigo 3º.** A duração da Companhia será por prazo indeterminado.

#### **Capítulo II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

**Artigo 4º.** O capital da Companhia é de R\$ 6.851.887,64 (seis milhões oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 2.541.001 (dois milhões quinhentas e quarenta e uma mil e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.



**Artigo 5º.** Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Artigo 6º.** A Companhia não emitirá cautelas ou títulos representativos das ações, procedendo-se a transferência mediante termo nos livros da sociedade.

### **Capítulo III DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 7º.** A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social para os fins previstos em lei, nos termos do artigo 132 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”). A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que os interesses sociais e a legislação aplicável exigirem, e será convocada na forma do artigo 8º abaixo.

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência ou vacância deste, por quaisquer 2 (dois) Conselheiros.

**Parágrafo Único:** A Assembleia Geral também pode ser convocada nas hipóteses do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, a maioria do capital social, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações exigir quórum elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

**Artigo 10.** As deliberações sociais serão tomadas por acionistas detentores de ações representando a maioria das ações com direito a voto, não se computando as abstenções ou votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei.

**Artigo 11.** Sem prejuízo das demais matérias previstas em Lei, compete privativamente à Assembleia Geral;

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- b) Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas;
- c) Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado; e
- d) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado.

### **Capítulo IV DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 12.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.



**Parágrafo Primeiro:** Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado em Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

**Parágrafo Segundo:** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, observados os requisitos legais aplicáveis.

## **Capítulo V DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 13.** O Conselho de Administração será composto por 3 (três) membros, cabendo à Assembleia Geral designar entre seus membros aquele que desempenhará a função de Presidente do Conselho de Administração.

**Parágrafo Primeiro:** O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo:** Caberá aos membros do Conselho de Administração propor à Assembleia Geral os nomes dos Diretores da Companhia a serem eleitos e as atribuições específicas de cada Diretor a serem definidas pelos referidos membros.

**Artigo 14.** As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, podendo, no entanto, ser realizadas sempre que necessário para as atividades sociais.

**Parágrafo Primeiro:** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 3 dias de antecedência. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal agenda e permita que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria.

**Parágrafo Terceiro:** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.





**Parágrafo Quarto:** Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

**Artigo 15.** Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração:

- a) Controlar e fiscalizar o desempenho dos Diretores da Companhia;
- b) Aprovar e alterar o plano de negócios da Companhia; e
- c) Resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

## **Capítulo VI DA DIRETORIA**

**Artigo 16.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 4(quatro) membros, acionistas ou não, sendo um Superintendente Geral, um Superintendente Financeiro, um Superintendente de Operações e um Superintendente de Tecnologia. Os Diretores terão suas responsabilidades e designações estabelecidas no ato que os elege.

**Parágrafo Primeiro:** O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

**Artigo 17.** A Diretoria fará reuniões sempre que necessário, deliberando por maioria de votos, cabendo ao Superintendente Geral o voto de desempate.

**Parágrafo Primeiro:** As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Superintendente Geral, mediante comunicação por escrito aos demais Diretores entregue com ao menos 5 (cinco) dias de antecedência da data da reunião. A convocação da reunião deverá apresentar a agenda a ser tratada e decidida, bem como ser acompanhada da documentação disponível que embase de maneira completa tal agenda e permita que os membros da Diretoria possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

**Parágrafo Segundo:** Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros da Diretoria.

**Artigo 18.** Competirá à Diretoria, além das funções estabelecidas neste Estatuto Social e pela Assembleia Geral, a responsabilidade pela administração ordinária da Companhia.

**Parágrafo Primeiro:** Observadas as limitações deste Estatuto Social, a Diretoria, como órgão executivo, fica investida dos poderes necessários à realização dos fins sociais, podendo, atendidos os preceitos legais e sempre mediante assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, de 1 (um) Diretor e de 1 (um) procurador, 2 (dois) procuradores ou de 1 (um) procurador, com poderes específicos para a prática individual do ato em questão, assumir e contrair, em nome da Companhia, obrigações de qualquer natureza, ativas ou passivas, assinando os respectivos



contratos ou instrumentos, com poderes, inclusive, para transigir, renunciar, receber e dar quitação, confessar dívidas, ceder créditos, assumir dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir, aceitar, avalizar e endossar cheques e cambiais, enfim praticar quaisquer atos de administração, exceto nos casos em que a referida obrigação em nome da Companhia seja para assumir e contrair empréstimos e alienar e onerar bens móveis ou imóveis pois, nestes casos, será exigida a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Financeiro.

**Artigo 19.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados sempre por 2 (dois) Diretores, sendo ao menos um deles sempre o Superintendente Geral ou o Diretor Financeiro, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo anterior, e deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e conter prazo de validade limitado a 1 (um) ano, à exceção dos mandatos *ad judicium*, os quais poderão ter validade por prazo indeterminado.

**Artigo 20.** Compete ao Superintendente Geral:

- a) [Obter dos demais Diretores informações sobre a administração geral dos negócios e, através dele, fazer com que sejam cumpridas as orientações dos acionistas;
- b) Presidir as reuniões de Diretoria; e
- c) Superintender as atividades de relações públicas da Companhia.

## **Capítulo V DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, em caráter não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, e funcionará no exercício social em que for instalado a pedido dos acionistas.

**Artigo 22.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral uma vez observados os requisitos legais.

**Artigo 23.** O Conselho Fiscal tem suas atribuições, deveres e responsabilidades previstos em lei e a remuneração dos seus membros será fixada, de acordo com a lei, pela Assembleia Geral que os eleger.

## **Capítulo VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

**Artigo 24.** O exercício social tem início no dia 1º de janeiro e término no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração das origens e aplicações de recursos, obedecidas as prescrições legais.





**Artigo 25.** O lucro líquido apurado, observado o disposto na legislação vigente, especialmente o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, terá a seguinte destinação:

- d) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta alcance 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos à título de dividendos obrigatórios aos acionistas, na proporção de sua participação;
- f) o saldo restante será posto à disposição da Assembleia Geral que decidirá sobre o seu destino e, em não o fazendo, será também distribuído como dividendos.

## **Capítulo VII DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO**

**Artigo 26.** A Companhia se dissolve, liquida e extingue nos casos previstos em lei ou por decisão da totalidade do capital social, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e forma de remuneração.

## **Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 27.** Serão arquivados na sede da sociedade, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, os acordos celebrados entre os acionistas, obrigando-se os acionistas e a Companhia a respeitá-los em todos os seus termos e condições.

**Artigo 28.** Caberá ao Presidente da Assembleia Geral declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa de acordo de acionistas arquivado na sede da sociedade.

**Artigo 29.** Os Conselheiros ora eleitos declaram cumprir todos os requisitos necessários à suas respectivas nomeações e não estarem impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Os Conselheiros declaram, ainda, não ocupar cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e nem possuir interesses conflitantes com a Companhia.

\*\*\*



## ANEXO II

### BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

#### SERBET – SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A.

CNPJ/ME nº 00.999.705/0001-64

NIRE 42202120401

Subscritor	Ações Subscritas			Preço por ação (R\$)	Valor total subscrito (R\$)
	Quantidade de	Espécie	Classe		
<b>VALID SOLUÇÕES S.A.</b> , companhia aberta, organizada e validamente existente de acordo com as leis do Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “VLID3”, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.113.309/0001-47, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peter Lund nº 146, 202, Caju, CEP 20.930-390	641.001	Ordinária	-	~R\$7,72 5	R\$ 4.951.887,64

**Forma de integralização:** A integralização das ações subscritas pelo subscritor deverá ser realizada à prazo, em moeda corrente nacional, em até um ano da presente data.

**VALID SOLUÇÕES S.A.**

Subscritor

**POR: RITA CRISTIANE RIBEIRO CARVALHO**

**VALID SOLUÇÕES S.A.**

Subscritor

**POR: CARLOS AFFONSO SEIGNEUR  
D'ALBUQUERQUE**



Estando assim justo e contratado, os sócios assinam o presente instrumento particular.

Joinville, 21 de maio de 2020.

**SÓCIOS**

\_\_\_\_\_  
**ALANO BRANCO**

\_\_\_\_\_  
**FABRÍCIO NAUE**

\_\_\_\_\_  
**VALID SOLUÇÕES S.A.  
POR: RITA CRISTIANE RIBEIRO  
CARVALHO**

\_\_\_\_\_  
**VALID SOLUÇÕES S.A.  
POR: CARLOS AFFONSO SEIGNEUR  
D'ALBUQUERQUE**

**CONSELHEIROS ELEITOS**

\_\_\_\_\_  
**MAURÍCIO RIBEIRO DE MENEZES**

\_\_\_\_\_  
**RITA CRISTIANE RIBEIRO CARVALHO**

\_\_\_\_\_  
**ALANO BRANCO**





203814746

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A
PROTOCOLO	203814746 - 17/07/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	046 - TRANSFORMACAO

### MATRIZ

NIRE 42300051721  
CNPJ 00.999.705/0001-64  
CERTIFICO O REGISTRO EM 17/08/2020  
SOB N: 42300051721

### EVENTOS

318 - DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE ARQUIVAMENTO: 20203814746

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 91509092900 - ALANO BRANCO
Cpf: 21988639875 - MAURICIO RIBEIRO DE MENEZES
Cpf: 01670627780 - RITA CRISTIANE RIBEIRO CARVALHO
Cpf: 02961072980 - FABRICIO NAUE
Cpf: 01127596705 - CARLOS AFFONSO SEIGNEUR D ALBUQUERQUE



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 17/08/2020

Arquivamento 20203814746 Protocolo 203814746 de 17/07/2020 NIRE 42300051721

Nome da empresa SERBET - SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL S.A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 45107089443360

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/08/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

17/08/2020